

■ INADIMPLÊNCIA

Força Tarefa entra com ação contra prefeitura de Aroazes

A Força Tarefa Popular entrou com uma ação contra o município de Aroazes, com a alegação de que a atual administração está há 20 meses sem prestar contas ao TCE. O juiz da comarca Reinaldo Araújo concedeu liminar, ainda no final de dezembro, pedindo a comprovação da declaração de adimplência. A defesa do prefeito Ferdinand Soares diz que a liminar já foi cumprida.

O advogado da Força Tarefa, Arimatéia Dantas, informa que a ação popular foi impetrada por nove pessoas, entre elas Manoel Cruz Soares Luciano e Maria Udenilda Pereira. "Nós consideramos que a população de Aroazes é vítima do prefeito, que não presta contas de sua administração.", declarou.

Segundo Arimatéia Dantas, o juiz Reinaldo Araújo Magalhães concedeu liminar determinando que Ferdinand Soares provasse que estava em dias com o Tribunal de Contas. "É uma forma indireta dele prestar contas ao povo dos 20 meses inadimplentes. Assim, a população deverá ter acesso do

que vem sendo feito na cidade.", analisou.

O advogado da Prefeitura de Aroazes, Eduardo Leopoldino Bezerra, garante que a liminar já foi cumprida e, neste momento, a defesa está fazendo uma contestação da acusação. "Estamos fazendo a contestação, afirmando que houve litigância de má fé por parte dos autores, uma vez que nos documentos apresentados existe a comprovação da adimplência do município", afirmou.

Arimatéia Dantas acrescentou que esta liminar vem num momento importante tendo em vista que em outubro do ano passado foram denunciados 142 municípios em situação irregular junto ao TCE. "Ainda esta semana me informei que 112 cidades estão inadimplentes com o Tribunal. É a metade de municípios do Piauí. Nós, da Força Tarefa, acreditamos que o Ministério Público não vem atuando como deveria. Isso porque a Constituição diz que cabe ao Ministério defender os interesses da sociedade e coibir os atos de improbidade administrativa.", ressaltou. (E.S)

■ RELATÓRIO Militares negociam com governo

Irá acontecer hoje, às 10 horas, no Palácio de Karnak, uma reunião entre o secretário de Governo, Leal Júnior, e os policiais militares. A categoria entregará um relatório solicitando que o governo reponha as perdas salariais.

A principal reivindicação é que o Estado pague o soldo de R\$ 180,00 aos soldados, que recebem hoje R\$ 54,00, enquanto um coronel recebe R\$ 3.600,00. Elas alegam também que enquanto tiveram o salário diminuído, houve um aumento exagerado da contribuição ao IAPEP.

Segundo o vereador R. Silva que está à frente das negociações, a categoria irá lutar por esses direitos e está disposta a acampar no Karnak se não houver nenhuma negociação com o governo. "Temos recebido o apoio de várias lideranças da capital e do interior", declara R. Silva. (L.A.)